

PROPOSTA CURRICULAR PARA AS UNIDADES DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA: AVALIAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

Dinorá de Souza Lima - Universidade Cidade de São Paulo- UNICID

dinora.lima@uol.com.br

João Gualberto de Carvalho Meneses (co-autor)

jgmeneses@uol.com.br

Resumo: Este trabalho apresenta uma avaliação do currículo desenvolvido nas Unidades de Internação Provisória da Fundação CASA, antiga FEBEM de São Paulo, como política pública de educação. A organização desse currículo é dissertada e não disciplinar, envolvendo o adolescente em atividades didáticas e culturais que respeitam o contexto da sua reclusão temporária de até 45 dias e que objetivam o desenvolvimento de competências e habilidades que possam favorecer a sua (re) inserção social.

Palavras-chave: política pública de educação; currículo; avaliação.

INTRODUÇÃO

Aprender a viver junto, aprender a viver com os outros (DELORS,1999), um dos quatro pilares da educação, representa hoje um grande desafio de (re) aprendizagem de convivência na perspectiva da sociedade democrática que, ao mesmo tempo e tão contraditoriamente, apresenta enorme desigualdade social. Aprender a conviver implica conhecer, aceitar e respeitar as regras da organização social em que se está inserido e, dentro dessas regras, os direitos e deveres individuais e coletivos, públicos e particulares. Aprender a viver e conviver com cidadania, com responsabilidade sobre a própria conduta e com participação produtiva na sociedade; numa sociedade que se quer democrática, inclusiva e de estado de direito.

Benno Sander (2005) apresenta em sua obra algumas reflexões sobre o conjunto de esforços, na América Latina e em especial do Brasil, voltados para a construção de uma sociedade cidadã, com novas formas de educação e trabalho, pautadas na convivência humana. Nessas reflexões sobre a política social, o autor destaca o papel da educação e do conhecimento e afirma:

Existe abundante evidência empírica de que a educação está diretamente relacionada com a formação cidadã, a preparação para o trabalho e a consecução do desenvolvimento humano sustentável com equidade social. A educação deve ser, portanto, a prioridade de uma política social relevante- prioridade na alocação do orçamento público e prioridade nas preocupações das instituições da sociedade civil, em particular a família, a igreja e as múltiplas instâncias dos movimentos sociais de

nossas comunidades. Essas preocupações devem centrar-se simultaneamente na extensão de aprendizagem e na melhoria da qualidade da oferta educacional (SANDER, 2005, p. 25).

O desafio de se trabalhar educação e cidadania torna-se ainda maior quando se trata de adolescentes em conflito com a lei, em cumprimento de medida sócio-educativa, numa unidade de internação. O sentimento de exclusão social desses adolescentes é muito forte, assim como o sentimento de vitimização pela desigualdade social e, conseqüentemente, o de injustiçado socialmente.

As Unidades de Internação Provisória (UIPs) se caracterizam pelo atendimento a adolescentes em conflito com a lei, em aguardo de decisão judicial, por um período de até quarenta e cinco dias. São adolescentes ainda não sentenciados, atendidos com base no artigo 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente e cuja internação tem o caráter de provisoriedade. Esses adolescentes, embora privados do direito à liberdade, não estão privados dos demais direitos, muito menos do direito à educação, assegurado a todos, indistintamente, pelo texto constitucional, como público e subjetivo.

O direito à educação para os adolescentes privados de liberdade, ainda que provisória, inscreve-se em normativas internacionais, como as Regras das Nações Unidas para proteção dos jovens privados de liberdade e, na legislação nacional, principalmente no Estatuto da Criança e do Adolescente. Por esta razão, o conjunto de medidas educativas deve prever, obrigatoriamente, a educação formal.

Uma questão relevante, no entanto, impõe-se aos que são responsáveis por definições de políticas públicas para essa área, nas diferentes instâncias do poder: que escolarização oferecer a esse adolescente que está em situação de provisoriedade na instituição de internação? Como atender ao conjunto de adolescentes num programa único de escolarização considerando o fluxo diário de entrada e saída desses alunos na composição das turmas? Que currículo oferecer a esses adolescentes de forma a potencializar o seu tempo de permanência na unidade de internação, considerando ainda a diversidade de idade e série, história de vida e o momento por ele vivido?

Esses são alguns dos desafios no atendimento da escolarização no contexto da medida socioeducativa, como direito público e subjetivo do adolescente, ainda que privado apenas provisoriamente da sua liberdade.

Promover a escolarização para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na internação provisória requer a adoção de política pública que, para além do cumprimento legal na oferta da educação, demonstre haver de fato o compromisso com a

reinserção social desse adolescente. Isso significa, inicialmente, buscar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96 a fundamentação legal que prevê a organização da educação, para atender ao interesse do processo ensino-aprendizagem, considerando a especificidade que a instituição de internação apresenta na sua organização e tipo de atendimento a que se propõe. Assim, de acordo com o que prescreve o artigo 23 da LDB 9394/96, a educação básica nas Unidades de Internação Provisória pode e deve ter uma organização curricular diferenciada, garantindo a continuidade de estudos desse aluno, quando da sua desinternação. É preciso assegurar que essa organização curricular tenha como pressuposto uma proposta pedagógica que trabalhe na construção e na recuperação de valores que esse aluno não teve a oportunidade de construir ou que acabou perdendo ao longo de sua trajetória de vida pessoal e escolar. Dentre os valores de convívio social produtivo na dimensão pessoal e coletiva, encontra-se a educação e as possibilidades de acesso ao conhecimento. Conhecimento que favoreça o exercício efetivo da cidadania, de modo que, esse adolescente sinta-se integrado socialmente. Só assim, de posse de um conhecimento que foi contextualizado e trabalhado de forma reflexiva e dialógica, é que esse aluno terá a possibilidade de realizar escolhas diferentes daquelas que originaram a sua internação. Por essa razão, não basta uma escolarização nos moldes convencionais, como a que é oferecida pelas escolas regulares. É preciso, sim, considerar esse período como um momento rico de oportunidades para a instituição executora de medidas sócio-educativas, trabalhar pela via da educação, não só os saberes universais, mas também questões presentes na problemática de vida desses alunos.

Uma pesquisa realizada em âmbito nacional, no ano de 2002, sobre a situação das unidades de internação,¹ identificou as principais dificuldades na oferta da educação escolar nessas unidades, dentre elas: insuficiência e ou inadequação de espaço físico, insuficiência de professores, capacitação inadequada dos professores para o trabalho com os adolescentes, falta de motivação e de interesse dos alunos, dificuldade para manter critérios na divisão das turmas e períodos diferentes de ingresso na Instituição. Outro aspecto apontado nesse documento diz respeito à oferta da mesma matriz curricular do ensino da rede, porém, em condições diferentes, inclusive com relação ao tempo destinado às aulas que, em geral, não ultrapassam duas horas. Essa pesquisa revela ainda a necessidade de uma proposta pedagógica contextualizada com a realidade da instituição de internação.

¹ : IPEA / MJ-DCA - Mapeamento Nacional da Situação das Unidades de Execução de Medida de Privação de Liberdade (set/out - 2002)

A possibilidade de uma organização curricular não disciplinar apoia-se não só no aspecto legal como também em referenciais propostos por teóricos contemporâneos.

Fernando Hernández apresenta contribuições para uma organização curricular quando discute uma proposta transgressora para a educação escolar. Essa proposta inclui a transgressão da visão de um currículo escolar centrado nas disciplinas, de forma fragmentada, compartimentalizada em que oferece, muitas vezes, formas de conhecimento pouco articuladas com os saberes fora da escola. A contribuição de Hernández é ampliada quando aborda a questão dos projetos de trabalho não como um método, mas como uma concepção da educação e da escola que considera, dentre outros aspectos: “a organização do currículo não por disciplinas e baseada nos conteúdos como algo fixo e estável, mas sim a partir de uma concepção do currículo integrado” (HERNÁNDEZ,1998, p.90).

A contribuição desses teóricos não se restringe à organização curricular; abrange também a questão dos conteúdos nos currículos.

Preparar as novas gerações para conviver, partilhar e cooperar no seio das sociedades democráticas e solidárias obriga a planejar e desenvolver propostas curriculares que contribuam para reforçar esse modelo de sociedade. Isto implica em converter as salas de aula em espaços nos quais os conteúdos culturais, habilidades, procedimentos e valores imprescindíveis para construir e aperfeiçoar esses modelos sociais são submetidos à análise e reflexão sistemática, e são praticados. (SANTOMÉ,1998,p.7)

A PROPOSTA CURRICULAR PARA AS UNIDADES DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DA FUNDAÇÃO CASA.

No estado de São Paulo, os adolescentes das unidades de internação provisória da Fundação CASA, antiga FEBEM, vêm recebendo escolarização por meio do projeto Educação e Cidadania, implantado pela Secretaria de Estado da Educação, desde 2002. Esse projeto apresenta uma organização curricular que contempla as especificidades da condição em que se encontram os adolescentes das Unidades de Internação Provisória constituindo-se como currículo oficial nessas unidades.

A proposta pedagógica consubstanciada nesse projeto tem como eixos norteadores questões situadas no âmbito da Ética, Cidadania e Identidade. Esses eixos permeiam as atividades de todos os módulos escolares e módulos de oficinas culturais, dentro de uma metodologia reflexiva e dialógica, com ênfase em Projetos de Trabalho. Os temas e subtemas desenvolvidos apresentam terminalidade restrita ao limite de tempo de cada dia em que são trabalhados, de modo a atender ao caráter de transitoriedade do aluno, agrupado em turmas disseriadas. Desse modo, a organização didática e de composição de turmas, considera o fluxo diário de entrada e saída de adolescentes, o que implica uma modificação também diária do agrupamento de alunos.

Ressalta-se nessa proposta pedagógica, com sua organização curricular, que o foco do trabalho está na promoção da reflexão dos adolescentes sobre temas que lhes dizem respeito. Língua Portuguesa e Matemática, trabalhadas de forma integrada e contextualizada e não como disciplinas escolares, dão sustentação à reflexão sobre os temas. As atividades propostas de leitura e de produção de textos apóiam o aluno como usuário da língua; as de resolução de problemas, leitura e interpretação de gráficos, comprovação de resultados, dentre outras, promovem o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático.

A proposta pedagógica que dá sustentação ao Projeto Educação e Cidadania busca contribuir com a retomada da educação escolar do adolescente em conflito com a lei, como condição de cidadania. Por isso o recorte curricular com a definição de temas, subtemas e as atividades para o desenvolvimento destes considera a necessidade do adolescente em recompor o seu auto conceito de forma positiva, sua auto confiança, de rever ou de reelaborar, seu projeto de vida.

Valorizar a vida em todas as suas expressões, articular a dimensão pessoal à dimensão social e promover a cidadania são princípios que sustentam a proposta. Além disso, os eixos norteadores que são a construção da identidade, a ética e a cidadania, perpassam todas as atividades do trabalho educativo desse projeto. Um trabalho educativo que pressupõe momentos de reflexão e diálogo para oportunizar ao adolescente repensar criticamente seu percurso, seus valores, suas escolhas, seus grupos de pertencimento e projetar novas escolhas que lhes permitam a inserção positiva na sociedade bem como o estabelecimento de vínculos adequados à promoção da sua realização como pessoa humana.

O recorte curricular da proposta pedagógica do Projeto Educação e Cidadania apresenta uma organização temática que contempla cinco temas escolares e dez oficinas culturais. Os temas escolares e as oficinas culturais definidos a partir dos princípios e pressupostos estabelecidos, articulados a assuntos de interesse do adolescente, pesquisados

anteriormente, procuram atender às necessidades básicas de aprendizagem traduzidas em conhecimentos, habilidades, atitudes e valores desenvolvidos por meio de uma metodologia dialógica e reflexiva, oferecendo oportunidade para aquisição dos instrumentos essenciais ao exercício da cidadania. Os temas e subtemas com finitude em cada dia de trabalho, que integram as várias áreas do conhecimento em torno dos eixos temáticos, bem como as atividades propostas de forma diversificada e desafiadora, colaboram na promoção da reflexão dos adolescentes sobre os temas que lhe dizem respeito.

As atividades propostas estimulam a participação do aluno por meio de diversas linguagens. Ao aluno é proposto vivenciar situações que, partindo do seu universo cultural, das suas experiências e dos seus conhecimentos, permita-lhe expressar opiniões, verbalizar crenças sobre o assunto em discussão.

Normas, valores e atitudes estão presentes e explicitados nas atividades como oportunidade para viver a cooperação e a ajuda mútua entre alunos, o respeito e o acolhimento às diferenças, à solidariedade, à formulação e vivência de normas e regras de trabalho (CENPEC, 2004, p.58)

Os temas Educação - uma ponte para o mundo, Justiça e Cidadania, O trabalho em nossas vidas, Saúde – uma questão de cidadania e Família e relações sociais compõem os módulos escolares e são complementados pelos módulos das Oficinas Culturais: Artes visuais e cênicas, Conto, Jogos da vida, Correspondência, Educação Ambiental, Hora de se mexer, Jornal, Música e movimento, Poesia e Ponto de encontro. Os cinco temas independentes, porém, articulados, estão organizados para serem desenvolvidos em quarenta e cinco dias, complementados pelas oficinas culturais.

A proposta do tema Educação: ponte para o mundo é resgatar o valor pela educação, pela escola enquanto espaço de aprendizagem e pela vontade de voltar a estudar. Os subtemas , desenvolvidos um a cada dia, possibilitam ao aluno refletir e rever os seus conceitos sobre educação enquanto direito, escola como espaço educativo, comunidade como um dos espaços de aprendizagem e a relação direta com o exercício da cidadania.

No tema Justiça e Cidadania o aluno se defronta com a possibilidade de discutir e entender a justiça no aspecto legal e ético, assim como a cidadania, que pressupõe direitos, mas também responsabilidades para o cidadão. A discussão sobre justiça tem uma abordagem abrangente e ultrapassa a simples relação entre justiça e lei. O conceito de justo e injusto, na perspectiva legal e ética, é trabalhado nas atividades dos subtemas que enfatizam a convivência, o exercício da cidadania, direitos e responsabilidades, proporcionando ao aluno a possibilidade de rever posicionamentos e escolhas.

Família e relações sociais é um tema que propõe uma discussão ampla do termo família, estudando as diferentes formas de organização familiar ao longo da história da sociedade brasileira. Discute família a partir dos vínculos, das relações estabelecidas e da diversidade cultural. Vínculos de diferentes categorias, como afetivo, profissional, que se constituem em novas organizações de família ou de grupos de convivência, permitindo a construção de trajetórias de vida nas relações que se estabelecem, num determinado espaço.

O conceito de trabalho, as diferentes formas de organização dos trabalhadores, as conquistas trabalhistas, a importância da participação em movimentos coletivos por direitos e cidadania, a relação do trabalho com a escola e com a sociedade, estão contemplados em: O trabalho em nossas vidas. Nesse tema o aluno é estimulado a refletir sobre suas experiências de trabalho, rever os valores atribuídos ao trabalho, demonstrando pelo diálogo e por outras formas de registro, o seu pensar.

A saúde é um tema que busca no processo de discussão e reflexão, construir com o adolescente a compreensão de que o corpo, como um todo integrado, interage permanentemente com o meio em que vive e precisa de cuidados para não entrar em desequilíbrio. Enfatiza a responsabilidade do adolescente pelo seu próprio corpo e o respeito pelas diferenças individuais.

As oficinas culturais são oferecidas como complementação do trabalho com os módulos escolares; não estão diretamente relacionadas aos temas escolares, mas preservam os mesmos princípios, pressupostos e metodologia. Embora com o caráter de oficinas, não são ocupacionais, pois exige leitura, interpretação, discussão, reflexão, proposituras manifestas por formas diversas de expressão, reafirmando inclusive o aspecto lúdico do trabalho.

A proposta pedagógica prevê ainda o arquivo das produções do aluno, selecionadas de forma cuidadosa por ele, com a colaboração do professor, sob o critério da significância. Esse arquivo, identificado como portfólio, constitui um documento de caráter privativo do aluno e, ao mesmo tempo, um instrumento de avaliação para que ele próprio e o professor possam analisar o processo de aprendizagem, identificando possíveis progressos. Pelo caráter pessoal e pela exposição do ser e pensar, o portfólio ganha uma dimensão afetiva para o aluno e a ele pertence por ocasião de sua desinternação.

O trabalho com normas, valores e atitudes, marca o trabalho em todos os temas, por meio diálogo, da reflexão, das atividades desenvolvidas e das produções realizadas pelo aluno.

OS PRIMEIROS RESULTADOS DO PROJETO EDUCAÇÃO E CIDADANIA NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA.

Os relatórios produzidos de forma sistematizada ao longo do processo de implementação consolidando os dados coletados na ação de acompanhamento, registram os primeiros resultados do Projeto Educação e Cidadania, nas Unidades de Internação Provisória. Os registros contidos nesses relatórios abrangem todas as dimensões do projeto, precedidos da coleta de dados, discussão e encaminhamentos propostos nos encontros de gestão compartilhada bem como, as principais ações concretizadas no sentido de viabilizar a continuidade do trabalho, melhorar as condições de execução e consolidar o projeto. Assim, encontram-se nesses registros, avanços e dificuldades detectados no processo de implementação abordando desde a gestão da sala de aula na UIP, passando pela gestão da própria unidade, pela formação dos profissionais envolvidos, pela gestão compartilhada.

O trabalho da sala de aula como ponto central de todo o projeto, porém, interdependente de toda estrutura organizacional da unidade de internação bem como da articulação das instituições parceiras em especial da Secretaria da Educação e Fundação CASA, apresentou indicadores da incorporação, pelos adolescentes, de procedimentos, atitudes e valores que sustentam o projeto. Em depoimento realizado em 14/03/2002 (CENPEC, 2002a), uma adolescente afirma que “no mundão não gostava da escola, aqui eu gosto. Estou aprendendo muito conviver em grupo.”

O envolvimento dos adolescentes na realização das atividades, aparece como destaque dentre os resultados obtidos nessa avaliação, entendendo como envolvimento não só a frequência como a participação durante as aulas. Maior integração e cooperação entre os adolescentes, diminuição da agressividade, manifestação de solidariedade e respeito pelos colegas, maior capacidade de argumentação, demonstração de satisfação na melhora da habilidade de leitura e escrita, referências à valorização da escola e preocupação com a possibilidade de reinserção escolar após desinternação, foram identificados como mudanças decorrentes do trabalho na sala de aula no desenvolvimento da proposta curricular do Projeto Educação e Cidadania. Depoimentos colhidos junto aos adolescentes e profissionais com atuação direta na escolarização destes, contribuíram na comprovação desses dados. Num depoimento realizado em 13/03/2002 (CENPEC, 2002a), um adolescente da UIP 7 afirma que “a aula mudou bastante, pois participamos mais das atividades e agora podemos falar.” Outro adolescente da UIP 9, em depoimento realizado em 14/03/2002 (CENPEC, 2002a) assegura que “no projeto, com o trabalho em grupo e a troca, o trabalho fica mais criativo.”

No espaço das unidades, registram-se alguns desafios, dentre eles : a questão da própria estrutura física envolvendo o espaço destinado para salas de aula, a conciliação do tempo e espaço para o desenvolvimento das oficinas culturais integrantes do currículo e as demais oficinas desenvolvidas na unidade, a permanência de internos por um período superior a 45 dias, a dificuldade acentuada de leitura e escrita por parte de um número considerável de alunos e a necessidade da elaboração de mais um módulo de oficina e capacitação simultânea, voltada para alfabetização e letramento.

No entanto, apesar dos desafios, os resultados apresentados, ainda que com diferenças pela particularidade de cada unidade, foram significativos e evidenciaram potencialidade da proposta curricular desenvolvida nas unidades de internação provisória.

AVALIAÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA DO PROJETO EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Identificar o valor da ação educativa do Projeto Educação e Cidadania durante o período de internação do adolescente e, em especial, no período pós-desinternação, com retomada da trajetória em escola da rede pública, requereu a adoção de um método de investigação que pressupôs uma pesquisa mais aprofundada sobre o real valor da ação educativa do currículo que é oferecido nas UIPs, buscando-se encontrar explicações mais consistentes a partir de um referencial. Para isso optou-se pela pesquisa de campo concentrada num primeiro momento nas Unidades de Internação Provisória que compõem o Complexo Brás, na capital de São Paulo, abrangendo 5 grandes unidades, denominadas: UIP 6 - Itaparica, UIP 7 – Rio Paraná, UIP 8 – Juquiá, UIP 9 – Rio Turiassú, UIP 10 – Rio Nilo. A pesquisa de campo teve sua continuidade nas escolas públicas da rede estadual de ensino para onde retornou o adolescente após a sua desinternação.

A escolha do Complexo Brás para a realização da pesquisa de campo justifica-se pela sua dimensão e abrangência. Atualmente é o maior complexo da Fundação abrangendo em sua esfera de atendimento todas as idades permitida pelo ECA, assim como, os diferentes tipos de atos infracionais.

O atendimento escolar, no Complexo Brás para o universo de 760 alunos / dia, foi organizado, no ano 2007, em quarenta e sete turmas distribuídas pelas cinco unidades de internação provisória. Essas turmas sofrem variações dia a dia, na sua composição, em função da entrada e saída de adolescentes.

Desse universo foram selecionados 5% dos adolescentes desinternados, em cada período mensal, de cada uma das Unidades de Internação Provisória, perfazendo um total de 72 adolescentes selecionados no intervalo de 6 meses. Essa seleção obedeceu ao critério de permanência desse adolescente em pelo menos 30 dias na unidade e, portanto, com atendimento escolar, ainda que parcial, por meio do currículo que é o objeto dessa pesquisa. Outro critério é a série em curso com prioridade para o ciclo II do ensino fundamental, vez que, trata-se da faixa de maior incidência do público alvo.

Outro momento da coleta de dados exigiu a localização desses adolescentes na rede pública de ensino. Para isso foi necessário recorrer ao Centro de Informações Educacionais da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, identificando a escola recipiendária do aluno egresso da internação. Além da identificação da escola recipiendária foi possível obter dados da trajetória escolar desses adolescentes como: anos de estudos seqüenciais ou em interrupção, escolas em que estudou, séries frequentadas, outros. Isso possibilitou a análise do percurso escolar realizado por esse aluno no período anterior à internação.

Os adolescentes selecionados segundo os critérios mencionados, foram localizados em praticamente 70 escolas diferentes sendo 65,4% nas escolas da capital, 22,26% na grande São Paulo e 11,34 % no interior do estado.

O instrumental de pesquisa elaborado sob a forma de questionário, objetivou coletar, na unidade escolar recipiendária do egresso da Fundação CASA, dados sobre a retomada da trajetória escolar, qualificar a participação do aluno nas atividades escolares e o seu convívio social. Os aspectos selecionados estabelecem relação direta com os eixos de sustentação da proposta pedagógica do Projeto Educação e Cidadania - Identidade, Ética, Cidadania, presentes no conteúdo, na metodologia e na avaliação do trabalho escolar, desenvolvido nas Unidades de Internação Provisória.

Para obter dados no sentido de qualificar a participação do aluno nas atividades escolares, foram selecionados aspectos sobre: freqüência às aulas, pontualidade no cumprimento das tarefas, envolvimento nas atividades tanto individuais como em grupo, diálogo estabelecido com colegas e professores, expressão de opiniões e por fim desempenho escolar de forma geral. No convívio social foram abordados aspectos referentes a direitos e deveres, atitudes éticas e democráticas, convívio com a diversidade e a articulação do projeto individual ao social.

Nesse conjunto de dados coletados, a defasagem idade e série e a irregularidade na trajetória escolar, em especial as reprovações e interrupções, aparecem como predominantes para o aluno egresso das UIPs. É importante destacar que todos os alunos pesquisados tiveram

o início da sua escolarização na vigência na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 que prevê, para a educação básica, formas diferenciadas de organização, possibilidade de adoção do regime de progressão continuada, o instituto da classificação e reclassificação de série com base em normas regimentais, programas de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar e ainda a obrigatoriedade de estudos de recuperação para os casos de baixo rendimento. Diante disso, depreende-se que todos esses mecanismos não foram suficientes ou eficazes na promoção do sucesso escolar dos alunos egressos das Unidades de Internação Provisória, ainda que nem todo o percurso escolar dos alunos tenha sido realizado na rede estadual, considerando-se os princípios e finalidades da educação nacional explicitados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, vigente. No entanto, qualquer sistema, público ou privado, tem o dever de garantir “o pleno desenvolvimento do educando”.

Essas características que marcam a vida escolar desses adolescentes, por uma irregularidade decorrente das reprovações no percurso e no final dos ciclos do Ensino Fundamental, das interrupções na escolarização, da grande mobilidade pelas escolas e pela incompatibilidade entre idade e série, relacionam-se com o valor que esse adolescente atribui à educação e à escola. Por essas características, denotam-se a dificuldade de estabelecimentos de vínculos, a interferência no sentimento de pertencimento e, sobretudo, a falta de valorização da educação e, particularmente, da escola. O currículo oferecido nas Unidades de Internação Provisória para esses adolescentes, de forma não seriada e interdisciplinar, elegeu a ética como princípio básico e a cidadania como conteúdo formador, permeando todos os temas trabalhados. O trabalho é voltado à conscientização do adolescente sobre seu potencial de transformação, na perspectiva de reorientar os valores e de contribuir com a (re) elaboração do projeto de vida. Nesse contexto, a educação ganha uma dimensão maior e o trabalho desenvolvido é focado no reconhecimento e valorização da escola.

Nesse sentido, a retomada da escolarização por 91% dos pesquisados e a permanência na escola de 83% dos que retomaram a escolarização, compõem um indicador da recuperação do valor pela educação, pela escola, com incorporação ao projeto de vida.

Os dados que permitem qualificar a permanência do aluno na escola, revelam uma articulação maior da permanência com convívio social, em detrimento do desempenho escolar. Algumas variáveis precisam ser consideradas na qualificação da permanência do aluno nas escolas, dentre elas, a proposta pedagógica desenvolvida, a metodologia utilizada, as relações interpessoais estabelecidas e o acolhimento ofertado ao aluno. Na pesquisa documental realizada, foram identificados depoimentos de alunos, ainda na condição de

internos, estabelecendo comparação entre a proposta curricular desenvolvida na unidade de internação e da escola de onde vieram. “(...) em cada módulo, tem um pouco de cada uma das matérias que a gente vê lá fora, mas de uma forma diferente. Tudo isso já fez eu mudar totalmente minha cabeça” (adolescente, 28/04/2004). Nesses depoimentos fica claro a percepção dos alunos da dimensão interdisciplinar do projeto e o que essa forma de trabalho possibilita, ou seja, mais facilidade para o aprendizado no que diz respeito às possibilidades de qualificar e de significar a aprendizagem. “(...) no mundão tem matemática, português, história, agora aqui não, aqui a gente aprende tudo junto, tudo misturado e fica mais fácil pra gente aprender” (adolescente, 03/06/2004). Há depoimento que evidencia as relações estabelecidas entre professor e aluno na sala de aula da UIP. “(...) tenho muito que agradecer às professoras que conversam muito comigo, me aconselham, não só comigo como com o grupo todo que está fazendo parte do projeto.” (adolescente, 26/09/2002)

Os documentos pesquisados revelam também a opção dos alunos egressos das UIPs, pela modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos, e a retomada da escolarização em escolas diferentes das frequentadas no período que antecedeu a internação. Isso pode significar uma reorientação do seu projeto de vida, que se inicia pela mudança de modalidade de ensino, pela mudança de escola, na tentativa de obtenção de sucesso escolar, pela tentativa de se libertar de um estigma negativo e pela busca da inserção social que se inicia pela inserção escolar.

Dados sintetizadores dos aspectos que qualificam a permanência na escola, demonstram que, apesar da marginalização social sofrida por esses alunos, do desempenho escolar ainda não satisfatório, indicadores de convívio social são aceitáveis, demonstrando que a valorização da educação e da escola encontra-se presente, constituindo-se como apoio para a conquista da (re) inserção social desses adolescentes.

CONCLUSÃO

O currículo adotado para os adolescentes das Unidades de Internação Provisória da Fundação CASA, como política pública de educação, cumpre o determinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, quanto à implementação de ações educativas voltadas para o atendimento dos internos em cumprimento de medida socioeducativa, em regime de internação. Atendimento educacional esse, pautado no respeito ao adolescente como sujeito de direitos, como pessoa em desenvolvimento. Esse respeito traduz-se, dentre outros aspectos, na organização de uma proposta curricular adequada à situação de provisoriedade da

internação do adolescente. Uma proposta curricular que abrange as diferentes áreas do conhecimento, trabalhadas a partir de conteúdos e metodologia que instigam a reflexão e a dialogicidade, com o objetivo de auxiliar o adolescente a assumir responsabilidades e rever o seu projeto de vida. Educar o adolescente para o convívio social é o propósito maior, quando se faz necessária, por determinação legal, a aplicação das medidas socioeducativas, prescritas no ECA. Por tudo isso, pode-se afirmar que o currículo adotado nas UIPs, como política pública de educação, reconhece nos adolescentes possibilidades de mudança, quando lhes são oferecidas oportunidades educacionais para concretizar a transformação desejada, objetivando a (re) inserção social e o exercício pleno da cidadania.

No âmbito das Unidades de Internação, o Projeto Educação e Cidadania como currículo estruturado e com respaldo legal pela formalização institucional, ocorrida após implantação, conseguiu ser inserido na rotina das unidades, o que constituiu um avanço no atendimento, considerando-se o período anterior à implantação desse currículo, em que o único eixo que pautava o trabalho desenvolvido era o da segurança. Constam de documentos compulsados nessa pesquisa registros explícitos da mudança na dinâmica das unidades, incorporando a essa dinâmica uma organização de trabalho que favoreceu o desenvolvimento das atividades escolares bem como mudanças nas atitudes dos adolescentes, quanto à participação nessas atividades.

Na avaliação da proposta curricular pode-se dizer que no âmbito das unidades de internação essa proposta mostrou ser eficiente e eficaz. Como política pública é inegável o valor do investimento na escolarização do adolescente interno, com a adoção de um currículo específico e em condições de desenvolvimento. Uma organização curricular que permite potencializar o tempo de intervenção pedagógica, de forma intensa, envolvendo o adolescente em atividades concluídas ao final de cada período de 6 horas de aula e que objetivam a reflexão sobre temas que estão articulados ao universo em que se encontra esse adolescente. No entanto, esse investimento não ganhou a mesma importância na etapa de desinternação. Quando avaliada a ação educativa desse currículo, voltada para o egresso da UIP, percebe-se a eficiência, na medida em que há retomada da trajetória escolar com permanência dentro de índices considerados satisfatórios, mas, que não chega a ser eficaz quando se qualifica essa permanência na escola. É importante destacar a diferença de foco na proposta curricular oferecida nas unidades de internação e na proposta curricular trabalhada nas escolas da rede. Um outro destaque deve ser dado ao acolhimento e à proteção de que esse adolescente necessita para superar as adversidades e conquistar a sua (re) inserção social, que se inicia na escola, com a promoção do sentimento de pertencimento ao grupo escola.

Embora as estatísticas demonstrem que a universalização do ensino fundamental é uma realidade, em especial, no Estado de São Paulo, e, no aspecto quantitativo, não se pode negar que o acesso à escola representa um grande avanço, a permanência e o sucesso não aparecem ainda no mesmo nível. Para o adolescente que cometeu um ato infracional, é preciso considerar um ingrediente a mais, na estatística da escolaridade: a situação de vulnerabilidade a que esteve exposto.

A doutrina de proteção integral tem raízes em um sistema jurídico de proteção à criança e ao adolescente e exige uma articulação das instituições responsáveis pela garantia dessa proteção integral, ou seja, família, Estado e sociedade. Se o adolescente cometeu um ato infracional, ele é, sem dúvida, um agente violador, mas, nesse processo, em algum momento, houve a omissão de responsabilidade dos agentes que deveriam assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos, dentre eles, o da educação.

Nesse sentido, a retomada da trajetória escolar do egresso das UIPs, com permanência de qualidade satisfatória na escola, depende de um conjunto de fatores em que se inclui a articulação de políticas públicas, a compreensão sistêmica, por parte dos atores envolvidos e o fortalecimento da rede de proteção social.

Na dimensão intra-institucional que compreende a rede escolar, há necessidade de uma fluência maior na comunicação entre a escola dentro da instituição de internação e a escola fora da instituição. Ainda nessa dimensão, acrescenta-se a necessidade da criação de mecanismos de acompanhamento dos alunos egressos das unidades de internação e um investimento maior no preparo dos profissionais que atuam na educação, para concretizarem a inclusão social que, necessariamente, passa pela inclusão escolar.

Na dimensão inter-institucional é preciso melhorar o intercâmbio entre as instituições, aperfeiçoando os mecanismos de comunicação e de acompanhamento, envolvendo as secretarias de Estado, de atuação direta na garantia dos direitos da criança e do adolescente e órgãos responsáveis pela defesa e proteção desses direitos, incluindo os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, de âmbito municipal, estadual e nacional.

Em ambas as dimensões há necessidade de intensificar o trabalho de caráter preventivo, além do desenvolvimento de políticas integradas, a fim de dar efetividade ao sistema de garantias de direitos.

É certo que muitos foram os avanços conquistados, mas, se não houver maior articulação entre as políticas públicas, maior fortalecimento da rede de proteção social, em especial, no acompanhamento dos adolescentes egressos das unidades de internação, as perdas sociais continuarão significativas. Evitar que as perdas sociais continuem é o desafio que está

posto para toda a sociedade, pois a educação é um direito e, portanto, é dever de todos assegurar esse direito. A oferta da educação como serviço requer competência técnica e política na garantia não somente do acesso à educação, mas também do sucesso escolar, entendido no seu mais amplo sentido, abrangendo da permanência na escola à apropriação de conhecimentos, habilidades e competências, atitudes e valores que permitam ao aluno viver e conviver de forma cidadã e democrática.

Portanto, ainda que se reconheça o potencial da proposta curricular desenvolvida nas unidades de internação da Fundação CASA, não é possível acreditar que, isoladamente, seja capaz de promover a inserção escolar e social. O bom êxito dessa proposta curricular, portanto, como política pública de educação, fica condicionado à sua articulação com as demais políticas públicas, assegurando-se ainda sua continuidade como política de Estado e não, apenas, como política de governo. No entanto, apoiado no referencial teórico que fundamenta esse trabalho, é possível afirmar que o currículo adotado para as unidades de internação provisória, na sua organização e proposta curricular, pode representar uma rica contribuição também, se transposto para outros espaços escolares que não os das unidades de internação, pois, o foco desse currículo está posto no conhecimento como função social, nos valores, atitudes e habilidades que integram o conteúdo da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8069, de 13 jul. 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394**, de 20 de dez. 1996.

CENPEC. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. **Educação e Cidadania**: proposta pedagógica. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 2004.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 2.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO 1999.

HERNANDÉZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. Jussara Haubert Rodrigues (trad.) Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Cláudia Schilling (trad.). Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANDER, Benno. **Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação**. Brasília: Líber, 2005.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. **Política Educacional da Secretaria de Estado da Educação**. São Paulo: SEE, 2003.

